

Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann¹

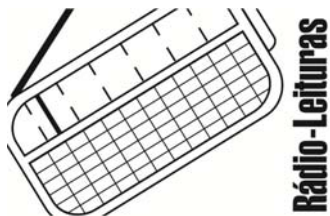
Resumo

Este artigo analisa as intervenções do público na programação jornalística do rádio, identificando o controle discursivo utilizado durante a construção do diálogo entre apresentadores e ouvintes e relacionando-o aos conceitos de interação dentro de uma estrutura dialógica própria do jornalismo participativo. A análise utilizou como *corpus* a cobertura realizada pela Rádio Nereu Ramos AM durante o desastre socioambiental ocorrido em Blumenau (SC) em 2008. Os resultados permitem constatar que para garantir uma comunicação horizontal e participativa, há a necessidade de um polo emissor que controle o discurso, como reforço das convenções estabelecidas dentro do contrato de audiência entre emissora e ouvintes.

Palavras-chave: rádio; participação do público; cobertura de desastre.

Com a inter-relação do mundo pela web e o alargamento do conceito de interatividade, especialmente através das novas mídias sociais, torna-se pertinente revisitar o meio rádio em seu formato convencional de transmissão e de abertura à participação dos ouvintes, observando as formas utilizadas para a construção do diálogo com o público.

¹ Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda do Ibes/Sociesc (Unisociesc). Professor do Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda da FURB. Especialista em Publicidade e Propaganda (Furb) e graduado em Letras (Furb). Radialista desde 1985. Email: arnaldozimmermann@gmail.com



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann

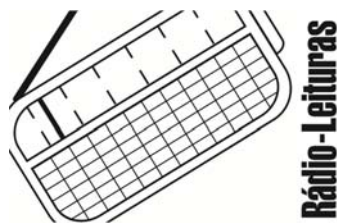
O jornalismo participativo, emergente na era digital, reúne vários de seus elementos mais comuns na era analógica, sobretudo no rádio, com a abertura à participação do ouvinte nos espaços destinados à programação jornalística.

Para Dan Gillmor (2005), um dos mais proeminentes defensores desse novo fenômeno, no jornalismo participativo as notícias não são comunicadas da maneira tradicional, difusionista, como um discurso, mas apresentadas aos moldes de um diálogo que não é mais restrito aos jornalistas, ao ser aceita a interferência do público. Mas o autor lembra que, antes da web, os programas de debate pelo rádio foram os primeiros a abrir espaço para as pessoas normais exprimirem suas opiniões ou contarem suas histórias, fazendo parte do programa, acrescentando as suas próprias ideias às do apresentador. Para Gillmor (2005, p.29-30), o moderno debate radiofônico antecedeu o fenômeno dos *blogs*, interligando-se com grupos de pessoas que são desprezadas pelos meios de comunicação comuns.

Essa potencialização da presença do ouvinte, principalmente após a década de 70, aconteceu devido à popularização do telefone, segundo Lopez (2010, p.40), permitindo uma reaproximação do rádio com seu público. Com o telefone, foi criado “um novo gênero de programas, o popular *phone-in*, e até um novo formato de programação, o *talk radio*” (RIBEIRO; MEDITSCH, 2006, p.2).

Para Cebrián Herreros, o telefone tornou-se a tecnologia de mídia de maior transformação para o rádio, pois incorpora uma enorme capacidade de diálogo, de comunicação horizontal e, finalmente, de geração de uma cultura de diálogo, que é o que lhe tem colocado em todo momento na vanguarda da participação e presença da audiência no conteúdo radiofônico (informação verbal)².

² Palestra realizada por Mariano Cebrián Herreros no GP Rádio e Mídia Sonora, XI Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, 34, 2011, Recife. Data: 05.09.2011.



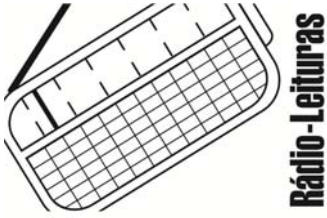
Porém, apesar de se ter em conta as mudanças ocorridas nos últimos anos em relação à participação do ouvinte nos espaços da programação, tal conquista pode ser considerada um avanço tardio diante da clarividência do dramaturgo alemão Bertolt Brecht na década de 30, para quem o rádio já deveria à época “não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele” (BRECHT, 2005, p.42), transformando-se assim de um meio de distribuição em um meio de comunicação, semelhante ao que conhecemos hoje.

Neste rompimento da unilateralidade da prática difusionista, cresce também o conceito de interação nos meios de comunicação tradicionais e digitais, cabendo definir interatividade como base para a participação do usuário, até porque, como advertem Primo e Träsel (2006, p.9), o uso do termo “interatividade”, provindo da indústria do software, é tão elástico que ele acaba por esvaziar-se sem nada explicar.

Rodriguez (2005, p.275) define a interatividade como a capacidade ou possibilidade de participação do usuário no meio, nos conteúdos e com outros usuários, já que dentro deste entendimento os usuários podem tanto interagir entre si, quanto com a mídia convencional, com os espaços virtuais, com os conteúdos emitidos e com os emissores destes conteúdos.

Primo (2000), por sua vez, propõe dois tipos de interação: a interação mútua e a interação reativa. O autor considera a relação reativa um tipo mais fraco e limitado de interação. Uma interação mútua, por sua vez, vai além da ação de um e da reação de outro, apresentando um complexo de relações que ocorrem entre os interagentes.

Quanto aos sistemas que compõem as interações, Primo entende que a interação mútua se caracteriza como um sistema aberto, composto por elementos interdependentes, voltados para a evolução e o desenvolvimento. Já a interação reativa se caracteriza como um sistema fechado, apresentando relações lineares e unilaterais. Neste caso, o reagente tem pouca ou nenhuma condição de alterar o agente. “Além disso, tal sistema não percebe o contexto e, portanto, não reage a ele” (PRIMO, 2000, p.7).



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

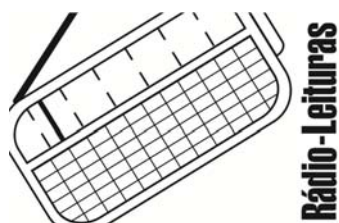
Arnaldo Zimmermann

Dentro do contexto radiofônico, não é difícil também observar uma leve tendência a uma estrutura alinear de comunicação, buscando cada vez mais as vozes múltiplas dos ouvintes para interagir com a informação transmitida. Para Arturo Merayo (2002), as principais razões para que o rádio recorra a uma estrutura dialógica residem no fato de o ouvinte precisar de menor esforço para manter a atenção e a escuta durante mais tempo e porque o diálogo introduz formas expressivas mais ricas, variadas e dinâmicas que configuram mensagens mais comunicativas. Acredita, sobretudo, que o formato de diálogo se adapta com maior eficácia ao meio radiofônico, pois reproduz melhor o sistema estrutural próprio da linguagem falada (MERAYO, 2002, p.85).

A conversão do ouvinte passivo de destinatário a testemunha de uma conversação implica, contudo, na consideração de fatores referentes a algumas convenções estabelecidas pela própria história do meio e também naquilo que é concernente à atividade jornalística.

Um desses fatores - e extremamente relevante - é o fato de o ouvinte estar habituado a uma determinada hierarquia de vozes. Segundo Meditsch (2007), quando se identifica a voz (que está no ar) é que se estabelece o contexto comunicativo: o ouvinte distingue o que deve ser acreditado enquanto informação jornalística das demais informações. A intercalação de vozes sinaliza “mudanças de assunto e de procedência das notícias; os diversos timbres e situações acústicas informam sobre a identidade e o contexto dos falantes” (MEDITSCH, 2007, p. 188). É justamente na qualidade do som, segundo Meditsch, que se estabelece também essa hierarquia de vozes: “na base o entrevistado, com postura amadora; acima dele o repórter, treinado com o microfone; no ápice, o apresentador no estúdio, com as melhores condições de emissão” (MEDITSCH, 2007, p.188).

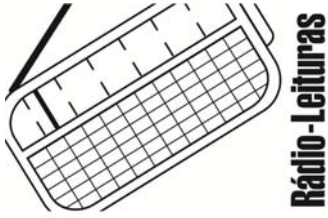
Dentro desta hierarquia, há uma distinção entre as “vozes institucionais”, dos apresentadores e repórteres e as “vozes admitidas”, dos entrevistados (ouvintes no ar) (HARTLEY apud MEDITSCH, 2007, p. 188). O controle das “vozes admitidas” por parte das “vozes institucionais” nas suas interações é muitas vezes exercido com a utilização



do subtexto. Meditsch (2007) lembra que o uso deste recurso técnico pelo teatro definiu a modulação das palavras do texto na interpretação dos atores, compondo seu significado em função dos objetivos de cada fala no conjunto da obra. O autor afirma que “no rádio, o subtexto se expressa unicamente através do uso da voz, que substitui a mímica visual. A curva melódica, o ritmo e as ênfases tônicas utilizadas repetidamente constituem códigos que permitem aos ouvintes situar imediatamente o texto da fala” (MEDITSCH, 2007, p.191). Assim, muitas vezes “o tom da pergunta indica aos ouvintes submissão ou desafio ao entrevistado, admiração ou desprezo por sua pessoa, concordância ou desconfiança com as suas respostas, sem que nada disso necessite ser explicitado em palavras” (MEDITSCH, 2007, p.191).

Meditsch compara a comunicação radiofônica com o cinema, já que ambos falam para “um espectador desconhecido, um terceiro não participante das interações construídas e que é para quem está efetivamente direcionada toda a fala produzida” (2007, p.192). Há então, segundo o autor, uma intencionalidade de audiência da fala justificando a situação comunicativa seguindo padrões convencionais compartilhados com essa audiência. É o que Mozahir Salomão (2003) entende como contratos de leitura (a exemplo da relação leitor e jornal) que são ratificados a todo o momento: “o ouvinte se identifica com os atos de fala, as abordagens das coisas do mundo – ou seja, com o local que é construído para ele pelo enunciator” (p.52). Para Salomão o ouvinte vale-se do contrato para garantir que diversas cláusulas “serão sempre aquelas que ele pactuou com a emissora ou que, pelo menos, sejam mudanças com as quais ele concorde”, inclusive “perfis de plasticidade e formas e maneiras de dizer as coisas do mundo” (p.53).

Então, uma estrutura unilateral exposta na construção do diálogo entre locutor e ouvinte confirma que a “bagagem cognitiva e cultural do comunicador que está à frente do microfone é determinante para a estrutura da enunciação” (PRATA, 2009, p.133). Belo (1991) entende que na conversa “a primeira coisa a ter em conta é o seu início, quem a inicia, quem toma a primeira vez o lugar do ‘eu’, com o privilégio em relação ao ‘tu’” (p.53).



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

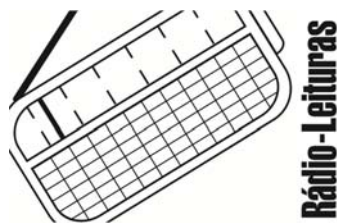
Arnaldo Zimmermann

Nesse sentido, geralmente é o locutor-entrevistador quem normalmente define a condução do diálogo radiofônico. “Como possui status superior, o locutor é quem comanda a abertura e o encerramento das interações e é ele quem abre e fecha a conversação, concedendo/retirando o espaço para quem quer falar no rádio” (PRATA, 2009, p.124).

É por este entendimento que Merayo (2002) chega a afirmar que o diálogo é estabelecido no campo dos emitentes, quer dizer, dentro do processo de produção, uma vez que o emissor dispõe dos recursos de controle da conversação (p.85). Mas para Charaudeau “esta reivindicação de um saber por parte do entrevistador não se encontra inscrita no contrato das condições de produção” (CHARAUDEAU, 2005, p.229). O que ocorre é que a composição do enunciado acaba por influenciar na alternância dentro da hierarquia de vozes.

Para Bakhtin “todo enunciado [...] tem, por assim dizer, um princípio absoluto e um fim absoluto. [...] O falante termina o seu enunciado para passar a palavra ao outro ou dar lugar à sua compreensão ativamente responsiva” (BAKHTIN, 2003, p.275). O autor também considera que no diálogo real, em que se alternam as enunciações dos interlocutores (parceiros do diálogo), cada réplica “possui uma conclusibilidade específica ao exprimir certa posição do falante que suscita resposta, em relação à qual se pode assumir uma posição responsiva” (BAKHTIN, 2003, p.275).

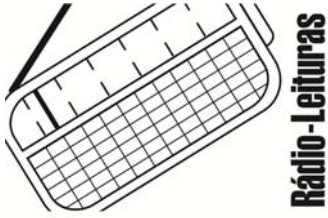
Meditsch (2007), ao discutir como a teoria de Bakhtin pode ser aplicada à teoria do rádio, percebe uma certa complexidade em algumas situações, como a não alternância de falas entre os sujeitos falantes ao microfone e o ouvinte (neste caso, entendendo o ouvinte como receptor passivo). Embora para Meditsch o enunciado no rádio possa ser considerado como a fala de cada um dos sujeitos ou a fala de todos juntos, considera-se o planejamento do discurso dentro das interações locutor-ouvinte. Como herança da imprensa, o rádio ainda carrega consigo o sentido de fechamento do discurso, que é determinado pelos “elementos fixos do enunciado que estabelecem o conteúdo variável que o completará a cada emissão” (MEDITSCH, 2007, p.197). Contudo, é a continuidade das emissões que permitirá fazer com que “o



conjunto de imposições unilaterais envolvidas na definição de um programa seja assimilado pelo público como convenção” (MEDITSCH, 2007, p.197). Esta convenção, apresentada de forma natural, refere-se também ao contrato de “leitura” no rádio apontado por Salomão (2003), já que o mesmo se dá dentro de um processo de construção de hábitos de audiência. Porém, este hábito é cultivado pelo que Meditsch (2007) se refere como um “enquadramento discursivo” proposto pelo emissor, garantindo que entrevistados e até ouvintes habituais submetam-se às regras de participação no ar dentro da programação radiofônica. O autor busca esta constatação em Scannell (1991, p.218), que entende que os ouvintes regulares conhecem as regras do programa e seu uso apropriado e exibem este conhecimento durante a conversa na participação por telefone no ar com o apresentador do programa.

Estas regras podem estar definidas na estratégia da organização da grade de programação, estabelecendo uma periodicidade rotineira que por vezes é substituída pela tática, de acordo com Meditsch (2007). A tática surge diante da ocorrência de acontecimentos extraordinários que rompem a ordem habitual, como os desastres provocados por forças naturais ou humanas. A grade de programação também “funciona como estratégia de *controle discursivo*, estabelecendo os conteúdos e as abordagens admissíveis a cada momento da programação e excluindo, por incompatível tudo o que não se adegue a ela” (MEDITSCH, 2007, p.195-196, grifo do autor). Desta forma, ouvintes regulares se familiarizam com a definição do discurso que parte do polo emissor.

Ao considerar a intencionalidade do emissor dentro do discurso, leva-se em conta o controle sobre o tema abordado nas interações com o ouvinte, que pode ser exercido através do tópico inicial, revelado através de diversas formas como “chamada, manchete, frase de abertura da notícia, cabeça da reportagem, *lead* completo ou texto de apresentação de uma entrevista” (MEDITSCH, 2007, p.205). O tópico é “o nome que se dá a qualquer parte do discurso destacada das demais sem vantagem para o significado, mas correspondendo às intenções do emissor, às suas



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann

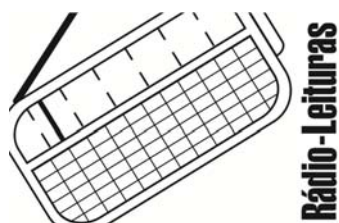
estratégias discursivas e ao contexto: é o que se chama de recurso pragmático” (LAGE, 2005, p.40).

Embora se reconheça que este controle exercido com o tópico seja mais ao nível de orientação à compreensão sobre o tema abordado, Meditsch (2007) entende que é preciso orientar a própria condução da enunciação, “especialmente se eventuais coadjuvantes são chamados a participar na sua elaboração em tempo real” (p.205). É neste sentido que é localizada a importância do controle sobre o tópico inicial e o fechamento dos enunciados ou das interações completas, o que faz com que Meditsch coloque em questão até mesmo as proposições iniciais de Brecht (2005) em transformar o rádio “de aparelho de distribuição em aparelho de comunicação”, já que a versatilidade do meio oferece novas formas de controle do discurso.

Enfim, Meditsch entende que:

A interatividade eletrônica, seja na forma da interação verbal já presente no discurso do rádio, seja nas formas que estão por vir, será sempre uma interatividade dirigida ou será um retrocesso tecnológico sem futuro. Um rádio concebido sem esta diretividade perderia a maior parte de sua capacidade de produzir sentido e, em consequência, perderia o interesse para o ouvinte, podendo ser no máximo objeto de uma curiosidade ocasional [...] ou restringiria a sua utilização aos eventuais interlocutores e *voyeurs*, como nos serviços telefônicos de tele-amizade e nos *chats* da internet. A inobservância desse princípio, por influência da utopia brechtiana, com o desprezo pelas técnicas de controle discursivo, deixou a maior parte das “rádios livres” falando sozinhas, como a experiência portuguesa demonstra, e concorreu para a derrocada do seu movimento em toda a Europa. (MEDITSCH, 2007, p.218)

Diante de uma postura mais extrema, como a de Ortrivano (2008, p.58), que observa que “o ouvinte, como *fonte direta de (re)alimentação* do sistema só participa na medida em que atende aos interesses do próprio sistema, nunca para questioná-lo” (grifo da autora), há que se considerar que a limitação da “interação verbal à participação de uma voz entre milhares de ouvintes mudos, a quem a comunicação é



efetivamente dirigida” (MEDITSCH, 2007, p.218), faz com que esse interlocutor torne-se uma amostra da audiência. Essa amostra representa a encarnação do auditório universal, onde o ouvinte é regulado por um conjunto de regras que abrange também “códigos de conduta e etiqueta transpostos da interação face a face para o dial, como a não-abordagem de assuntos-tabu”, conforme lembra Kischinhevsky (2011, p.7).

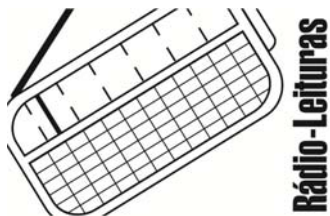
Todavia, o enquadramento deste interlocutor ocorre principalmente através do discurso do emissor, seu tópico inicial, seu fechamento, com as interrupções ou não dos conteúdos narrados pelo ouvinte, fazendo com que a simultaneidade entre o diálogo estabelecido no ar pelos interlocutores e a recepção sem resposta fônica do ouvinte atenda aos objetivos iniciais do contrato invisível compartilhado entre emissora e sua audiência.

E retomando, assim, as concepções de Bakhtin (2003, p.263-264), que divide os gêneros do discurso em primários (simples) e secundários (complexos), no processo de formação dos gêneros discursivos secundários há a incorporação e a reelaboração de diversos gêneros primários. O autor utiliza como exemplo a réplica de um diálogo ou uma carta, inseridas em um romance, que perdem o vínculo imediato com a realidade concreta, ao serem absorvidas por um enunciado secundário, que é o romance.

Em analogia com a programação radiofônica, Meditsch (2007), entende que esta “pode ser vista como um *enunciado secundário*, composto de discursos mais simples que só se integram à realidade através da vinculação com este enunciado complexo” (p.194, grifo do autor). Para o autor, “um programa de notícias pode ser considerado igualmente como um enunciado secundário em relação às notícias individualmente, e assim por diante” (MEDITSCH, 2007, p.194).

Neste sentido, a fala de um ouvinte, incorporada como réplica de um diálogo, retomaria sua relação direta com a realidade somente através do enquadramento discursivo imposto pelo emissor, na formação de um enunciado secundário.

1. A emissora pesquisada e a cobertura do desastre de 2008



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann

O estudo para o presente artigo foi realizado com a escuta e a análise das primeiras 63 horas³ contínuas da programação especial de cobertura do desastre socioambiental de 2008 em Blumenau (SC) – entre 21h27min de sábado (22/11/2008) e 12h29min de terça-feira (25/11/2008) - da Rádio Nereu Ramos AM (760 kHz). A emissora está localizada em Blumenau e identificada sob o prefixo ZYJ742. Por pertencer ao mesmo grupo de radiodifusão, a Rádio Clube de Blumenau AM (1330 kHz), operou em rede com a Rádio Nereu Ramos durante a cobertura do evento, transformando-se em uma só emissora geradora para dois canais distribuidores. Neste sentido, entende-se que a análise comporta o conteúdo de programação de apenas uma emissora de rádio.

A Rádio Nereu Ramos é uma das 13 emissoras de rádio instaladas em Blumenau e inaugurou suas operações em 1º de setembro de 1958 (REIS; MARTINS, 2005, p.152). Operando com 25.000 watts de potência, o sinal da Rádio Nereu Ramos atinge principalmente a região do Vale do Itajaí e sua audiência ocupava o primeiro lugar na cidade, conforme pesquisa⁴ realizada em período anterior ao desastre.

O formato de programação da emissora é denominado Informativo/ *Talk and News* e alguns de seus programas habituais⁵ são baseados no espaço aberto à participação do ouvinte.

O desastre socioambiental de novembro de 2008 foi o maior da história de Blumenau e concentrou um conjunto de enchente, enxurradas e deslizamentos de terras que atingiu também outros municípios da região. Se até então a cidade já estava habituada a enfrentar inundações provocadas pelo transbordamento do Rio Itajaí-Açu,

³ A cobertura especial completa da Rádio Nereu Ramos se estendeu ao longo daquela semana, até a sexta-feira, dia 28 de novembro, com a derrubada completa da programação normal, incluindo a suspensão da transmissão do programa A Voz do Brasil, da Empresa Brasil Comunicação (EBC) em todo este período.

⁴ IBOPE – INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. Ibope Easy Media 3. São Paulo, 2006.

⁵ Disponível em <http://www.radionereuramos.com.br/programas/default.aspx?s=1> Acessado em 08.02.2013.

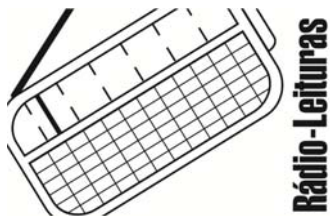
neste episódio experimentou uma grande mudança de paradigma. O saldo da tragédia foi de 24 pessoas mortas, 5.209 desabrigadas e 25 mil desalojadas entre as 103 mil atingidas, somente no município (SEVEGNANI et. al., 2009, p.113). Muitas estradas desapareceram e a cidade ficou por vários dias sem abastecimento de água e sem energia elétrica.

No total foram 63 municípios de Santa Catarina que decretaram situação de emergência e 14 decretaram estado de calamidade pública, inclusive Blumenau⁶. Em todo o estado houve 135 mortes na tragédia de novembro de 2008, com 1,5 milhões de pessoas afetadas pelas consequências das chuvas, a maior parte no Vale do Itajaí (SEVEGNANI et. al., 2009, p.112).

O objetivo deste trabalho é analisar a essência das intervenções do público na programação da emissora de rádio, identificando o controle discursivo utilizado durante a construção do diálogo entre apresentadores e ouvintes e relacionando-o aos conceitos de interação dentro da estrutura dialógica, própria do jornalismo participativo.

Para tanto, foi utilizado o arquivo de áudio da emissora durante a cobertura do desastre como material documental da pesquisa. Para a realização da análise do arquivo, foram registrados cada ouvinte pelo primeiro nome (nome ao qual foi chamado no ar pelo apresentador) e a região identificada de moradia ou de proveniência da ligação. Em seguida, além do registro do horário do início da participação, foi relatado um breve resumo sobre a conversa entre o ouvinte e o apresentador, com foco maior para o tópico inicial, interrupções do mediador e fechamento das participações. O objetivo de cada registro sobre a conversa entre apresentador e ouvinte é buscar a identificação sobre o funcionamento do controle discursivo dentro da construção do diálogo.

⁶ O prefeito João Paulo Kleinübing decretou na noite de domingo (23) estado de calamidade pública em Blumenau. No sábado (22), Kleinübing já havia decretado situação de emergência, mas, devido ao agravamento do quadro na cidade, com novas quedas de barreiras e enxurradas, optou-se pela calamidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 2008).



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann

No período analisado, foram registradas 305 intervenções de ouvintes. Destas, 253 são consideradas participações diretas no ar, ou seja, o ouvinte pôde expor diretamente sua voz no ar, sem intermediários. Além disso, essas participações são consideradas síncronas à transmissão do conteúdo ao vivo da programação. Dentro deste formato, houve 236 participações por telefone ao vivo no ar, 16 participações ao vivo via reportagens externas e apenas 1 participação de ouvinte ao vivo no estúdio da emissora. As outras 52 intervenções indiretas foram resultantes dos contatos que ocorreram fora do ar, como envios de e-mails e recados por telefone.

No total, 11 profissionais da Rádio Nereu Ramos tiveram envolvimento direto na cobertura. Suas principais tarefas foram distribuídas ou alternadas entre: transmissão/apresentação direto do estúdio das principais notícias acerca do desastre; entrevistas por telefone, reportagem externa e estúdio; mediação da participação dos ouvintes por telefone; leitura de mensagens enviadas pelos ouvintes por telefone ou pela internet; transmissão de reportagens externas direto dos locais dos acontecimentos. Todas as intervenções dos profissionais da emissora foram realizadas ao vivo.

A singularidade empírica do caso analisado envolve algumas situações inusitadas para a constituição da participação do público no meio de comunicação pesquisado: a eclosão de um desastre em condições totalmente atípicas em uma região habituada a conviver com desastres de outra ordem; derrubada de paradigmas na cobertura jornalística radiofônica, em função do surgimento do inesperado diante de uma política profissional de intimidade com as rupturas do cotidiano dentro de uma certa razoabilidade em suas previsões; o isolamento parcial das diversas regiões da cidade e, conseqüentemente, a inacessibilidade a outros meios de comunicação. Soma-se a estas situações o fato de a equipe radiofônica ficar parcialmente isolada nas dependências da emissora e, portanto, com poucos recursos para contatar as fontes jornalísticas oficiais. É neste sentido que a participação do público durante este episódio apresenta-se como um fenômeno singular, não passível de repetibilidade para fins de concentração de seus elementos a uma classe isolada de eventos.

2. Análise das participações dos ouvintes

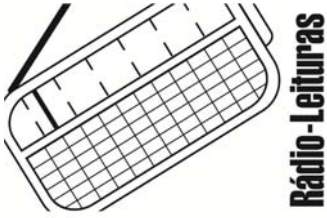
No enquadramento discursivo durante os diálogos realizados pelos apresentadores com o público nos estágios iniciais da cobertura há a predominância de um tom de entrevista durante a conversa com o ouvinte, com uma perceptível condução para que o participante forneça os dados básicos, como bairro de moradia ou local da ocorrência. Boa parte dos fechamentos das participações ocorre sem a despedida ao ouvinte, com apresentadores exercendo um monólogo, resumindo o conteúdo relatado pelo participante e prometendo repassar aos órgãos competentes, ou buscando a generalização das ocorrências.

No tempo de exposição concedido ao ouvinte, é possível perceber que há uma maior atenção dos apresentadores aqueles envolvidos diretamente nas ocorrências do que aqueles que demonstram estar simplesmente interessados no assunto ou que apenas relatam o que estão testemunhando.

Nas primeiras horas de cobertura, as regras de participação no ar são apresentadas sutilmente através do discurso e das interrupções realizadas pelos apresentadores durante o diálogo, fortalecendo uma estrutura unilateral desenhada pela (ainda) dependência das fontes oficiais como garantias de informação com qualidade.

Não há um tópico inicial definido para cada participação – simplesmente, em forma de rodízio, cada um dos apresentadores chama o próximo ouvinte em linha – tanto que o ouvinte que entra no ar não identifica de imediato quem é o seu interlocutor.

Ao mesmo tempo em que esse ouvinte consegue se submeter às regras de participação, também submetido a uma hierarquia informal de vozes, do outro lado o estilo pessoal do apresentador varia na tentativa de validação do contrato “invisível” de audiência. Aqueles habituados à mediação em programas diários tentam valorizar mais as sutilezas nas saudações iniciais, nas interrupções e principalmente no fechamento das intervenções. Já os mediadores ocasionais (mais habituados ao



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann

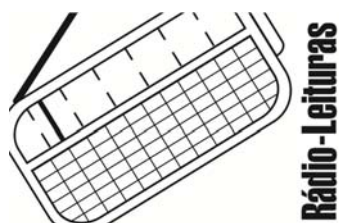
trabalho rotineiro da redação) demonstram se esforçar para fazer trafegar um fluxo contínuo quase homogêneo nas intervenções.

No entanto, as convenções sobre as participações vão se formando aos poucos conforme avança a cobertura, consolidando adaptações às regras de participação que eram então conhecidas somente pelo público habitual da emissora.

De um modo geral, há um controle discursivo dentro de um padrão de saudação inicial, relato do ouvinte, interrupções do mediador para colher e anotar dados relatados, anúncio de encaminhamento do problema relatado às “autoridades competentes” e fechamento com despedida ou não do ouvinte. As variações ocorrem mais pelo tempo de exposição do ouvinte e pela alternância das vozes. Normalmente quando o ouvinte pede informações, o apresentador fala mais que seu interlocutor, estabelecendo nestas ocasiões um monólogo dentro do diálogo.

Em momentos específicos das últimas horas do período analisado, fica demonstrado também o controle exercido pelo próprio conjunto da audiência sobre a programação que ora se estabelecia. Se durante a programação habitual da emissora era comum o livre espaço para a manifestação de desabafos, denúncias e opiniões acerca de assuntos diversos, naquele novo “contrato de audiência” estabelecido com o público por dezenas de horas contínuas, determinados enfoques com ar de denúncia surgiriam como objetos estranhos a uma nova linearidade do fluxo das participações e da cobertura jornalística como um todo.

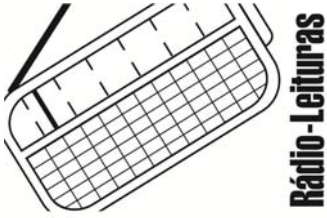
Porém, diante de muitas perguntas dos ouvintes para poucas respostas do polo emissor, altera-se, em parte, o controle discursivo sobre os diálogos realizados no ar. Ao mesmo tempo em que a emissora tenta cumprir determinadas “cláusulas contratuais” de audiência, como a alternância entre uma variação de vozes, refletida pelas múltiplas participações, o ouvinte cobraria também outra parte do contrato, que seria a habitual resposta e o encaminhamento às suas maiores aflições. Com a desconfiança se generalizando, a interatividade perde o rigor de sua diretividade, com fechamentos de conversa baseados em relações mais tensas e o surgimento de um novo tópico inicial, desta vez, amparado no discurso de insatisfação do partícipe



anterior. Desta forma, o chamado ouvinte passivo, que apenas acompanha os relatos pelo rádio, passa a mover-se pelo conteúdo do grande enunciado transmitido pela rádio, que conforme explica Meditsch (2007), pode também ser considerado como a fala de todos juntos, ou seja, o conjunto de interações seguidas dentro de um espaço da programação radiofônica.

No conjunto de participações ao longo da cobertura, é possível perceber que as interrupções feitas pelos apresentadores nas falas dos ouvintes, com perguntas, comentários e encaminhamentos, foram mais determinantes para o exercício do controle discursivo. Já os simplificados tópicos iniciais e os fechamentos sem um encerramento formal nos diálogos ocuparam mais a função de elementos de continuidade na programação. O monólogo predominante nos fechamentos das interações provocaria, por fim, um obstáculo à condição do exercício de um papel de liderança que os veículos de comunicação tendem a desempenhar em situações de comoção social. Porém, com o avanço da cobertura e a percepção sobre os acontecimentos, frutos do acúmulo de intervenções de ouvintes, gera-se uma gradual condição para o estabelecimento efetivo de um diálogo que rompe uma suposta relação de poder. Adiciona-se a este avanço, a variação de vozes no campo dos emissores, com heranças profissionais diversas, estilos de locução diferenciados e olhares também distintos sobre o acontecimento. De qualquer forma, os visíveis sinais de cansaço dos profissionais lhe permitem, por vezes, baixar a guarda, deixando que o conjunto da audiência assumisse gradualmente parte do controle das interações.

Esse controle pode ser identificado pela força de um conjunto pró-ativo de ouvintes, já que estes exercem uma interação mútua, dentro do conceito de interações de Primo (2000). Em analogia a esse conceito, é possível observar que os usuários/ouvintes que desenvolvem uma interação reativa estão bem identificados naquele público que responde aos questionamentos da reportagem externa (Unidade Móvel). Da mesma forma, estão presentes em uma parcela dos participantes via telefone que apenas entra em contato com a emissora para fornecer ou retificar informações, estimulados pelas intervenções semelhantes ocorridas anteriormente.



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

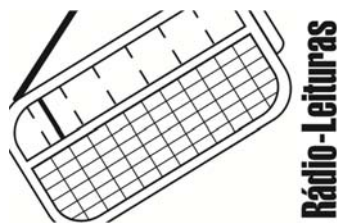
Arnaldo Zimmermann

Já a maior parte do público que entra em contato com a emissora relatando casos particulares, solicitando informações, oferecendo ajuda, expressando uma opinião, desabafando e denunciando situações e ainda parte do público que fornece novas informações, pode ser identificada como um conjunto de usuários que exerce uma interação mútua, pois desenvolvem seus próprios materiais ao formularem sua narrativa sem maior apego a pautas ou questionamentos da emissora. De acordo com o conceito de Primo (2000), são ouvintes que alteram o agente (emissor), que reage à sua participação. Definitivamente, este seria o público que participa do processo de construção da notícia, característica do jornalismo participativo. No entanto, o controle das emissões é da emissora de rádio, deixando o ouvinte em um espaço intermediário entre a função de fonte e a de colaborador.

3. Considerações finais

A comunicação horizontal proporcionada pelo telefone fez com que o rádio em determinado momento da história pudesse se antecipar às tendências de interatividade na mídia e em outro momento ficasse sujeito ao tensionamento imposto pelas novas mídias. Assim, o rádio é tanto causa como efeito na abertura dos caminhos para o jornalismo participativo. O sentido polifônico, próprio do discurso jornalístico, se materializa no rádio com a inclusão de diversas vozes, com seus tons, timbres, ritmos e flexões singulares, fazendo com que o telefone, ao alavancar a intertextualidade polifônica, interseccione especificidades tradicionais do meio rádio com as características principais do jornalismo participativo.

Neste sentido, enquanto nos meios digitais a linha divisória entre jornalistas e cidadãos é pouco perceptível, na participação do ouvinte radiofônico via telefone essa separação é observada com maior facilidade dentro da hierarquia de vozes e do controle discursivo imposto pelo emissor.



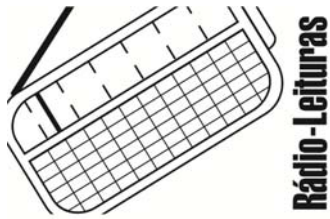
A reciprocidade do diálogo radiofônico submete-se ao contrato estabelecido entre emissora de rádio e seu público, que avança a brandos passos rumo a níveis mais elevados de interação. Até porque o diálogo entre locutor e ouvinte durante a programação radiofônica deixa de ser compreendido como um gênero primário, sendo absorvido pelo gênero secundário do discurso, que é o enunciado da programação radiofônica, ou seja, um enunciado secundário. A relação do diálogo com a realidade passa a ser mediada pelo conjunto de emissões radiofônicas ao longo da cobertura, caracterizado pela programação especial dedicada ao desastre. No entanto, embora imerso dentro de uma espécie de nova “cláusula contratual”, o ouvinte adere às novas condições de participação e de audiência durante a programação especial justamente por compactuar com o contrato original, reconhecendo em todos instantes traços característicos de sua programação habitual, como os tons de voz utilizados, os elementos fixos do discurso e um conjunto de imposições unilaterais que reforçam o “contrato de audiência” estabelecido através da convenção que auxiliou o processo de construção de hábitos de audiência.

O controle discursivo evidenciou as características principais do rádio em sua relação com o jornalismo participativo, revelando que as aberturas, fechamentos e interrupções nos diálogos sustentam determinadas especificidades do meio na aplicação de um jornalismo participativo e cidadão. Logo, o controle discursivo é a maneira com que o rádio se apropria da participação do ouvinte.

Tal constatação reforça a tese da necessidade de existência de um polo emissor operando durante o desenvolvimento dos diálogos, justamente para que essa mediação jornalística, mesmo que de forma paradoxal, garanta a compreensão da intertextualidade polifônica como grande riqueza do conteúdo radiofônico.

Referências bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann

BELO, Fernando. **A Conversa, Linguagem do Quotidiano, Ensaio de Filosofia e Pragmática**. 1ª ed. Lisboa. Editorial Presença, 1991.

BRECHT, Bertolt. Teoria do rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, vol. I, 2005, pp. 35-45.

CHARAUDEAU, Patrick. Problemas de Análises das Mídias. In: MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, vol. I, 2005, pp. 223-230.

GILLMOR, Dan. **Nós, os media**. Lisboa (PT): Editorial Presença, 2005. 269p.

IBOPE – INSTITUTO BRASILEIRO DE OPINIÃO PÚBLICA E ESTATÍSTICA. **Ibope Easy Media 3**. São Paulo, 2006.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. Rádio social: Mapeando novas práticas interacionais sonoras. In: **XX Encontro da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação – Compós**, 20, 2011, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: Compos, 2011. Disponível em: <http://www.compos.org.br/> acessado em 02.03.2012.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LOPEZ, Debora Cristina. **Radiojornalismo Hipermediático: tendências e perspectivas do jornalismo de rádio all news brasileiro em um contexto de convergência tecnológica**. Covilhã, UBI, LabCom, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. **O rádio na era da informação: teoria e técnica do novo radiojornalismo**. 2ª ed. rev. Florianópolis: Insular: Ed. UFSC, 2007.

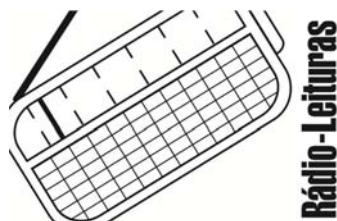
MERAYO, Arturo. La construcción Del relato informativo radiofônico. In: MARTÍNEZ-COSTA, María del Pilar (Coord.). **Información radiofónica: cómo contar noticias en la radio hoy**. Madrid: Ariel, 2002. pp. 59-96.

ORTRIWANO, Gisela Svetlana. De Brecht aos (des) caminhos do radiojornalismo. In: MEDITSCH, Eduardo; ZUCULOTO, Valci (Orgs.). **Teorias do rádio: textos e contextos**. Florianópolis: Insular, vol. II, 2008, pp. 57-68.

PRATA, Nair. **Webradio: novos gêneros, novas formas de interação**. Florianópolis: Insular, 2009. 256p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU. **Relatório Imprensa: Operação Esperança**. Blumenau, 2008.

PRIMO, Alex. Interação mútua e reativa: uma proposta de estudo. **Revista da Famecos**, n. 12, pp. 81-92, jun. 2000.



Ano IV, Num 01
Edição Janeiro – Junho 2013
ISSN: 2179-6033
<http://radioleituras.wordpress.com>

PRIMO, Alex; TRÄSEL, Marcelo Ruschel . Webjornalismo participativo e a produção aberta de notícias. **Contracampo** (UFF), v. 14, pp. 37-56, 2006.

REIS, Clóvis; MARTINS, César. A publicidade veiculada nas emissoras de rádio de Blumenau nas décadas de 60 e 70. In: QUEIROZ, Adolpho (Org.). **Propaganda, História e Modernidade**. Piracicaba: Editora Degaspari, 2005. pp.151-168.

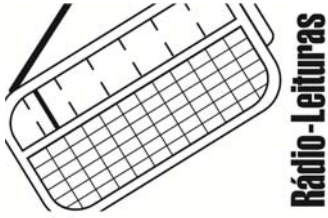
RIBEIRO, Ângelo Augusto; MEDITSCH, Eduardo. O chat da internet como ferramenta para o radiojornalismo participativo: uma experiência de interatividade com o uso da convergência CBN-Diário AM de Florianópolis. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO**, 29, 2006, Brasília. Anais...São Paulo: Intercom, 2006. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1267-1.pdf> Acessado em 28.03.2013.

RODRÍGUEZ, Lourdes Martinez. La Participación de los Usuarios en los Contenidos Periodísticos de la Red. In: GARCÍA, Guillermo López (Org.). **El Ecosistema Digital**. Valencia: 2005. pp. 269-332. Disponível em: <http://www.uv.es/demopode/libro1/>. Acessado em 17.12.2011.

SALOMÃO, Mozahir. **Jornalismo radiofônico e vinculação social**. São Paulo. Annablume, 2003. 134 p.

SCANNELL, Paddy. **Broadcast Talk**. London: Sage, 1991.

SEVEGNANI, Lúcia et. al. Gente socorrendo gente. In: FRANK, Beate; SEVEGNANI, Lúcia (Orgs.). **Desastre de 2008 no Vale do Itajaí**. Água, gente e política. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. pp. 111-127.



Participação do público e controle discursivo em cobertura radiofônica de desastre

Arnaldo Zimmermann

Abstract

This article analyzes the public participation in the journalistic radio programming, identifying the discursive control used during the construction of dialogue between presenters and listeners and relating it to the concepts of interaction within its own dialogical structure of participatory journalism. The analysis used as corpus coverage carried by Radio Nereu Ramos AM during the social-environmental disaster occurred in Blumenau (SC) in 2008. The results allow verifying that to ensure horizontal and participatory communication, there is the need for a transmitter hub that controls speech, as reinforcement of conventions established within the audience contract between broadcaster and listeners.

Keywords: radio; public participation; disaster coverage.

Resumen

En este artículo se examina la intervención del público en la programación de radio periodística, la identificación del control discursivo utilizado durante la construcción del diálogo entre presentadores y oyentes y relacionándolo con los conceptos de interacción dentro de su propia estructura dialógica del periodismo participativo. El análisis utiliza como corpus la cobertura de la Radio Nereu Ramos AM durante el desastre ambiental en Blumenau (SC) en 2008. Los resultados ayudan a determinar que, para garantizar una comunicación horizontal y participativa, existe la necesidad de un centro transmisor que controla el habla, como refuerzo de convenciones celebradas dentro del contrato de audiencia entre el emisor y los oyentes.

Palabras Clave: radio; participación del público; cobertura de desastre.